

## Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Empresarial Uma Análise entre a Teoria e a Prática

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2020.51.247-267>

Recebido em: 25/2/2019

Aceito em: 4/12/2019

Gilberto Friedenreich dos Santos,<sup>1</sup> Arlete Longhi Weber<sup>2</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar, à luz das teorias de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Desenvolvimento Sustentável (DS), se as ações de RSE divulgadas pelas indústrias de Blumenau, em Santa Catarina, atendem aos pressupostos teóricos do Desenvolvimento Sustentável. Como recorte tomou-se as indústrias com mais de 500 funcionários, listadas no Guia Fiesc/2015, com unidades no município de Blumenau/SC. A metodologia utilizada teve por base a pesquisa bibliográfica para a compreensão dos conceitos e pressupostos teóricos e a pesquisa exploratória como suporte na busca das informações sobre as práticas de RSE divulgadas nos sites das empresas analisadas. A partir da análise e conexões feitas entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa das ações publicadas pelas empresas em suas páginas Web percebe-se que a maioria das indústrias Blumenauenses divulga sutilmente suas informações de cunho socioambiental. Das 11 empresas pesquisadas, apenas 3 apresentam informações mais detalhadas sobre tais práticas. Entre as ações apresentadas pelas empresas, em sua maioria encontram-se as de cunho compulsório, ou seja, obrigadas por lei. Diante do exposto, conclui-se que a indústria de Blumenau têm um longo trajeto a ser percorrido na prática de ações que tragam resultados efetivos em prol do Desenvolvimento Sustentável.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Responsabilidade social empresarial. Teoria e prática.

### SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: AN ANALYSIS BETWEEN THE THEORY AND PRACTICE

### ABSTRACT

This research aimed to analyze the light of Corporate Social Responsibility theories (CSR) and Sustainable Development (SD) if CSR actions reported by industries of Blumenau, Santa Catarina, meet the theoretical principles of Sustainable Development. As crop became the industries with more than 500 employees, listed in the Guide Fiesc/2015 with units in the city of Blumenau/SC. The methodology used was based on the literature to understand the concepts and theoretical assumptions and exploratory research to support the pursuit of information about CSR practices published on the websites of the companies analyzed. From the analysis and connections made between literature and research of shares issued by companies in their web pages it is clear that most industries Blumenau subtly disclose its socio-environmental information. Eleven companies surveyed, only three have more detailed information on such practices. The actions brought by companies, mostly are the compulsory nature, is required by law. Given the above, it is concluded that the Blumenau industry has a long way to be followed in practice actions that bring effective results in favor of sustainable development. The actions brought by companies, mostly are the compulsory nature, is required by law. Given the above, it is concluded that the Blumenau industry has a long way to be followed in practice actions that bring effective results in favor of sustainable development. The actions brought by companies, mostly are the compulsory nature, is required by law. Given the above, it is concluded that the Blumenau industry has a long way to be followed in practice actions that bring effective results in favor of sustainable development.

**Keywords:** Sustainable development. Corporate social responsibility. Theory and practice.

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb). gilbertofrieden@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb). Professora Tutora Externa do Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniassevi). arletelonghi@hotmail.com

A evolução da civilização sempre experimentou longos processos de transformação. A partir do século 17 as mudanças advindas com a chamada Revolução Industrial modificam em especial os sistemas produtivos, cujos efeitos são percebidos até os dias de hoje. As atividades de manufatura tiveram um considerável impulso, com forte reflexo na economia, nos hábitos sociais e por consequência no meio ambiente. A dominação do sistema capitalista aguçou, de forma desenfreada, transformações sociais, ambientais e econômicas que nem sempre trouxeram consequências positivas.

A devida preocupação com as consequências deste modelo de desenvolvimento começaram a ser questionadas de forma mais visível a partir da divulgação do relatório “Limites do Crescimento”, publicado pelo Clube de Roma em 1972. Tal relatório apresentava o aumento da população, a produção agrícola, a produção industrial, o uso dos recursos naturais e a poluição como fatores geradores de crescimento, mas também limitadores à medida que não fossem controlados. Este relatório alertou e também gerou polêmicas, haja vista que muitos países, se não possuíam tal desenvolvimento, no mínimo o almejavam.

Estudos, pesquisas e eventos da ONU passaram a compor a agenda mundial numa perspectiva de buscar um desenvolvimento que amenizasse as consequências negativas, surgindo então a proposta do Desenvolvimento Sustentável. Lançado pela ONU em 1987 a partir do Relatório *Brundtland*, este modelo de desenvolvimento busca equilibrar demandas sociais, econômicas e ambientais visando à sustentabilidade dos recursos naturais e do planeta. Nesta nova perspectiva de desenvolvimento as questões envolvidas ultrapassam a geração de riqueza e o foco no econômico. Envolve, entretanto, preocupação com a preservação dos recursos naturais, qualidade de vida, bem-estar e equidade social.

Neste contexto, empresas, indústrias e demais setores produtivos são chamados a se adequarem, seja por imposição legal ou por cobranças e consciência de seus clientes, consumidores e sociedade em geral, surgindo assim a Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Tal responsabilidade tem como função a busca pelo desenvolvimento sustentável a partir de ações e projetos com foco econômico, gerando lucro, emprego e renda, mas também buscando estratégias que promovam a equidade, bem-estar, saúde e segurança dos seus *stakeholders*, assim como a utilização eficiente e equilibrada dos recursos naturais.

Deste modo a proposta desta pesquisa visa a identificar se as ações de RSE divulgadas pelas indústrias de Blumenau em seus *sites web* atendem aos pressupostos teóricos do Desenvolvimento Sustentável. Para tanto, inicialmente são apresentados referenciais teóricos/bibliográficos referentes ao Desenvolvimento Sustentável e à Responsabilidade Social Empresarial para em seguida apresentar os dados e informações referentes à prática da RSE nas indústrias analisadas.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O termo desenvolvimento está ligado a muitas variáveis e adjetivos que foram sendo acrescentados no decorrer do tempo a partir de estudos e teorias. Sua definição ainda não está bem caracterizada no meio acadêmico, sendo utilizado em muitos casos como um termo em construção que se constitui de mudanças tanto positivas como ne-

gativas. Para uns está intimamente ligado ao crescimento econômico, para outros esta relação não se apresenta tão estreita. O que se percebe é que muitos estudos, políticas e planos têm como foco o desenvolvimento.

Neste contexto de estudos, propostas, conceitos e teorias há uma abordagem de desenvolvimento que pretende quebrar muitos paradigmas, o Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento este que tem como objetivo principal o alinhamento entre crescimento e desenvolvimento econômico, uso responsável dos recursos naturais, proteção ambiental e a preocupação com o social. Esta proposta não exclui o crescimento econômico do desenvolvimento, tampouco dá ao foco econômico todo o mérito, há aqui a necessidade de alinhamento entre ambos, acrescentando ainda duas dimensões, a ecológica-ambiental e a social.

Essa concepção de desenvolvimento com foco nas questões sociais e ambientais começou a ser levantada na década de 60 do século 20, tomando dimensões mais abrangentes com a publicação, em 1972, do relatório do Clube de Roma denominado “Os limites do crescimento” e a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Ambiente Humano realizada em Estocolmo, na Suécia, no mesmo ano. A consolidação do conceito de Desenvolvimento Sustentável, todavia, só aconteceu em 1992 no Rio de Janeiro/Brasil com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Na Conferência da ONU realizada em Estocolmo em 1972 foi produzida uma declaração com 26 princípios sobre meio ambiente e desenvolvimento, afirmando também que a preservação ambiental é responsabilidade de todos os países. Maurice Strong, secretário dessa conferência, introduziu o conceito de ecodesenvolvimento, que foi amplamente difundido por Ignacy Sachs, o qual elaborou seus pressupostos ou dimensões<sup>3</sup> que serão tratadas logo adiante. A proposta de Strong para esta terminologia consiste em pensar o desenvolvimento conciliado com as preocupações ambientais e sociais.

Ecodesenvolvimento, segundo Sachs (1986), surgiu a partir da polêmica entre os partidários do crescimento selvagem e dos que aderem ao desenvolvimento zero. Conforme o autor, o ecodesenvolvimento não postula o não crescimento, ele convida à prospecção de novas modalidades de crescimento. O ecodesenvolvimento oferece a recusa de soluções gerais e uniformizadas, ele aborda a diversidade de situações, encoraja as soluções endógenas, analisando muito bem soluções apresentadas por contextos externos (SACHS, 1986).

Nesta concepção do ecodesenvolvimento, Ignacy Sachs (1986, 1993; SACHS; VIEIRA, 2006) apresenta as cinco dimensões abarcadas por esta nova proposta de desenvolvimento:

- Sustentabilidade social: nesta dimensão Sachs preconiza a equidade na distribuição da renda, o crescimento subsidiado por uma visão de boa sociedade reduzindo as disparidades entre pobres e ricos. Esta dimensão tem como foco diminuir ou acabar com a concentração de renda e as grandes disparidades econômicas existentes nas diferentes escalas geográficas e espaciais.

<sup>3</sup> Sachs (1986) apresenta cinco dimensões ou pressupostos do ecodesenvolvimento: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Na sua concepção mais atual, Sachs (2002) apresenta oito dimensões do desenvolvimento sustentável: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

- Sustentabilidade econômica: esta dimensão, conforme Sachs, não se limita somente à geração do lucro, mas à gestão eficiente dos recursos a partir de fluxos de investimentos públicos e privados. Busca e avalia a eficiência econômica em níveis macrossociais e não apenas microeconômicos.
- Sustentabilidade ecológica: Sachs fala aqui na ampliação da “capacidade de carga da espaçonave Terra” com a criação de novas alternativas, “soluções engenhosas” como ele mesmo diz, a fim de potencializar o uso dos recursos ecossistêmicos com danos mínimos a estes. Outras questões abordadas por Sachs nesta dimensão da sustentabilidade apontam também para a substituição dos combustíveis fósseis por produtos renováveis e não agressivos ao meio ambiente; redução dos resíduos, poluição e utilização da reciclagem; promoção da limitação no consumo material em todas as partes, em especial nos países ricos; pesquisas em tecnologias com baixo teor de resíduos e que consigam uso eficiente dos recursos para o desenvolvimento das cidades, do campo e da indústria e, para finalizar, definição de regulamentação e normas de proteção ambiental que combine instrumentos econômicos e legais que possibilitem o seu cumprimento.
- Sustentabilidade espacial: esta dimensão foca a utilização equilibrada dos espaços a partir de uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Para a efetividade prática desta dimensão Sachs enfatiza ações como: redução da concentração nas áreas urbanas; frear a destruição de ecossistemas frágeis; incentivos de crédito, tecnologias e acesso ao mercado que promovam práticas agrícolas modernas e regenerativas; exploração industrial acoplada à geração de novas tecnologias e uso de biomassa; criação de reservas naturais para proteger a biodiversidade.
- Sustentabilidade cultural: esta dimensão busca dar um basta aos modelos de desenvolvimento impostos principalmente pelos países ricos (também chamados do Norte, desenvolvidos ou ocidentais) aos demais. Sachs aponta para a busca das raízes locais que possibilitam a continuidade cultural e o ecodesenvolvimento com soluções específicas e ajustadas para cada contexto social e ecológico. Cada povo, civilização, região, deve criar as alternativas para o seu ecodesenvolvimento baseado em suas especificidades.

O ano de 1987 é que demarca a real consolidação entre as preocupações com o meio ambiente e o desenvolvimento econômico. O informe sobre meio ambiente e desenvolvimento lançado pela ONU nesse ano, denominado “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como “Relatório *Brundtland*”, sugere medidas para a promoção do desenvolvimento sustentável, termo este sobreposto ao ecodesenvolvimento até então utilizado (MOLINA, 2006). Este relatório apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46).

Entre as principais medidas a serem tomadas pelos países para a promoção do Desenvolvimento Sustentável apresentadas pelo relatório “Nosso futuro Comum” (CMMAD, 1988) destacam-se:

- Limitação do crescimento populacional.
- Garantia dos recursos básicos como água, alimentos e energia.
- Preservação da biodiversidade e ecossistemas.
- Redução no consumo de energia.
- Desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis.
- Aumento da produção industrial nos países não industrializados com tecnologias ecologicamente adaptadas.
- Controle da urbanização desordenada.
- Integração entre campo e cidade.
- Atendimento das necessidades básicas como saúde, educação e moradia.

Em 1992, no Rio Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO/RIO-92) consolida o conceito de Desenvolvimento Sustentável como diretriz para mudar os rumos do desenvolvimento global aprovando a Agenda 21, um documento com compromissos acordados entre os países signatários visando a esta nova abordagem desenvolvimentista.

Para Oliveira (2008), a Agenda 21 popularizou o conceito de Desenvolvimento Sustentável propondo a construção de um plano de ação que deve ser democrático e participativo. Entre as propostas da Agenda 21 para o Desenvolvimento Sustentável enquadram-se:

- Cooperação internacional para aceleração do desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento.
- Combate à pobreza por meio de capacitação dos menos favorecidos para obtenção de meios de subsistência sustentáveis.
- Políticas e estratégias de mudança nos padrões de consumo.
- Dinâmicas demográficas e sustentabilidade, integrando desenvolvimento e meio ambiente levando em consideração tendências e fatores demográficos.
- Proteção e promoção das condições de saúde humana.
- Promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos (urbanos e rurais) como saneamento básico, moradia decente, manejo de resíduos, fontes de energia renováveis.
- Integração entre meio ambiente e desenvolvimento nas tomadas de decisão.
- Proteção da atmosfera.
- Integração entre planejamento e gerenciamento dos recursos terrestres.
- Combate ao desflorestamento.
- Manejo de ecossistemas frágeis: desertificação e áreas de seca.
- Gerenciamento de ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas.
- Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável.
- Conservação da diversidade biológica.
- Manejo ambientalmente saudável da biotecnologia.
- Proteção de oceanos, mares e zonas costeiras.

- Proteção no manejo dos recursos hídricos.
- Manejo ecologicamente saudável de substâncias químicas tóxicas.
- Manejo ambientalmente saudável dos resíduos perigosos, bem como dos resíduos radioativos.
- Fortalecimento do papel dos diferentes grupos sociais (sociedade civil, organizações públicas e privadas, Organizações Não Governamentais, ONU).
- Ação mundial pela mulher e sua integração plena, equitativa e saudável em todas as atividades relativas ao desenvolvimento.
- Políticas e estratégias que atinjam os jovens e as crianças (saúde, educação, preparação e qualificação profissional dos jovens).
- Reconhecer e fortalecer a população indígena e suas comunidades.
- Fortalecer o papel das Organizações Não Governamentais como parceiras do Desenvolvimento Sustentável.
- Incentivo e promoção de iniciativas locais em apoio à Agenda 21.
- Fortalecimento do papel dos trabalhadores e sindicatos (capacitação, treinamento, ambiente de trabalho limpo e seguro, redução no número de acidentes de trabalho).
- Fortalecimento do papel do comércio e da indústria (redução de impactos ambientais, uso responsável dos recursos naturais, tecnologias e processos produtivos mais limpos; minimização de impactos sobre a saúde e meio ambiente, reciclagem, preços dos produtos com reflexo dos custos ambientais).
- Fortalecimento do papel dos agricultores (práticas e tecnologias de agricultura sustentável, políticas que estimulem a autossuficiência em tecnologias de baixos insumos e redução do consumo de energia).
- Transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis.
- Utilização da ciência como apoio ao desenvolvimento sustentável.
- Promoção do ensino, conscientização e treinamento (reorientação do ensino e consciência pública).

No ano de 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, foi realizada outra conferência conhecida como Rio+10, quando se identificou que muitas das propostas traçadas na Rio/ 92 não haviam sido bem-sucedidas, pois os problemas ambientais haviam se agravado e a pobreza passou a ser um problema global. Passa-se a reconhecer o papel das empresas na consolidação do Desenvolvimento Sustentável (CRUZ, 2007). Esta conferência também define que sustentabilidade envolve a integração das três dimensões: econômica, social e ambiental (LASSU/USP, 2015). Estes três pilares dão suporte à sustentabilidade e envolvem ações como :

- Social: envolve o capital humano de uma empresa, a comunidade, bem-estar dos funcionários no ambiente de trabalho e para suas famílias, salários justos, questões gerais da sociedade como saúde, educação, lazer.

- Ambiental: ações para amenizar impactos no meio ambiente, utilização de recursos naturais de forma equilibrada, bem como maneiras de repor estes recursos, adequação às leis ambientais, gestão de resíduos, redução/mitigação de poluentes no ar.
- Econômico: distribuição e consumo de bens, levando em conta os outros dois aspectos.

Em setembro de 2015 foi aprovada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável com 17 objetivos, tendo como base os 8 objetivos do milênio lançados em 2000 (PNUD, 2016). Esta Agenda 2030 tem como foco 5 dimensões (denominadas 5 P's): Pessoas, Planeta, Parcerias, Paz e Prosperidade.

Além destes cinco pilares a Agenda 2030 apresenta 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável que devem ser cumpridos até 2030 (PNUD, 2016):

1. Erradicação da pobreza: este objetivo tem como proposta erradicar a pobreza extrema (renda menor que US\$ 1,25 por dia) e diminuir pelo menos na metade homens, mulheres e crianças que vivem na pobreza. Garantir direitos econômicos iguais em especial aos pobres e vulneráveis.
2. Erradicação da fome: alcance da segurança alimentar, melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável.
3. Saúde de qualidade: assegurar vida saudável e promoção do bem-estar em todas as idades.
4. Educação de qualidade: educação inclusiva e equitativa de qualidade para todos e promoção da aprendizagem ao longo da vida.
5. Igualdade de gêneros: empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água limpa e saneamento: disponibilidade de saneamento e manejo sustentável.
7. Energias renováveis: garantia de acesso à energia barata, confiável, renovável e sustentável a todos.
8. Empregos dignos e crescimento econômico: promoção do crescimento econômico inclusivo, sustentável com pleno emprego e trabalho decente.
9. Inovação e infraestrutura: construção de infraestrutura resiliente, industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Redução das desigualdades: dentro dos países e entre eles;
11. Cidades e comunidades sustentáveis: tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo responsável: assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.
13. Combate às mudanças climáticas: medidas de combate às mudanças climáticas e seus impactos.
14. Vida debaixo da água: conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e vida marinha.
15. Vida sobre a terra: proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

16. Paz e justiça: promoção da paz e acesso à justiça.
17. Parcerias pelas metas: fortalecer os meios de implementação das metas e revitalizar parcerias globais para o desenvolvimento sustentável.

Assim sendo, em uma análise teórica/conceitual entre ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável há diferentes opiniões e estudos quanto à real efetividade e viabilidade na aplicação prática destes, bem como semelhanças e diferenças entre ambos. Para fins desta pesquisa não se vê a necessidade de entrar no mérito destas discussões. O que se pretende aqui é relatar que ambos os conceitos atualmente são utilizados como uma possibilidade de desenvolvimento para além do crescimento econômico quantitativo, abrangendo principalmente três dimensões de forma equilibrada: a econômica, a social e a ambiental. Montibeller Filho (1993) relata que os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e ecodesenvolvimento apresentam pontos convergentes como: visão holística, crítica ao reducionismo econômico, visão de longo prazo, bem-estar social, solidariedade com as gerações futuras, a dimensão ambiental como parte do processo de desenvolvimento, gestão de recursos renováveis, respeito ao tempo da natureza e seus ciclos reprodutivos e o favorecimento do plano local sem perder a noção do global.

Também, dentro das propostas do novo modelo desenvolvimentista encontram-se diversas dimensões para a sustentabilidade que vão sendo acrescentadas com a finalidade de abranger algo que está sendo deixado de lado no modelo convencional/tradicional de desenvolvimento. Estas propostas ou dimensões da sustentabilidade partem em geral da perspectiva dos autores e/ou organismos que as relatam, mas que quando detalhadas sempre se enquadram em uma das três dimensões inicialmente propostas para o desenvolvimento sustentável que são a social, a econômica e a ambiental. Assim sendo, para este trabalho considera-se o Desenvolvimento Sustentável como aquele que se preocupa com as necessidades presentes e futuras e que se enquadra dentro da proposta tridimensional: econômico-social-ambiental.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

No decorrer da História as empresas sempre buscaram maximizar seus lucros a qualquer preço e com o processo de globalização isso se intensificou. Atuando mundialmente foram buscando países com menores salários e regulamentações ambientais menos rigorosas (DIAS, 2012). Este autor (2012) ressalta que os reflexos negativos de tais ações empresariais desencadearam nas décadas de 80 e 90 uma série de crises ambientais e sociais que acabaram por afetar negativamente a imagem das empresas, tais como: catástrofes ambientais, exploração de trabalho infantil, violação de direitos trabalhistas, reestruturação produtiva, demissões e também casos de corrupção.

Neste contexto, organismos não governamentais organizaram denúncias e boicotes com apoio dos meios de comunicação, provocando impacto junto a opinião pública diante das grandes empresas transacionais, questionando estas sobre a prevalência da razão econômica em suas ações e decisões (DIAS, 2012). A RSE, conforme Reinaldo Dias (2012), começa a ser desenvolvida a partir das novas demandas sociais surgidas em prol das responsabilidades ambientais e melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral.

A Rio/92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento), realizada no Rio de Janeiro em 1992, debateu o desenvolvimento sustentável e colocou as empresas como o centro da insustentabilidade de muitos processos com fortes críticas sobre a distância entre o discurso e as reais práticas sociais empresariais (DIAS, 2012). Esta Conferência destacou que a responsabilidade social das empresas vai além do normativo, incluindo de modo permanente valores morais e práticas efetivas. Barbieri e Cajazeira (2012) apontam algumas das principais fontes de orientação para a prática da Responsabilidade Social Empresarial que foram surgindo no decorrer dos tempos:

- A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).
- Diretrizes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para as multinacionais (1976).
- A Agenda 21 para a sustentabilidade aprovada na Rio/92.
- A Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio/92).
- Normas ISO (9001/1987, 14001/1996, 26000/2010).
- SA 8000 (1997).
- AHSAS 18001(1999).
- AA 1000 (1999).
- A Carta da Terra (2000).
- Objetivos e Metas do Milênio (ONU, 2000).
- Pacto Global (ONU, 2000).
- Convenções da OIT
- Indicadores Ethos de Responsabilidade Social.
- GRI (*Global Reporting Initiatives*).

Segundo Dias (2012), na década de 80 surgem os primeiros Balanços Sociais no Brasil, instrumento este que têm como função tornar pública a responsabilidade social das empresas. O Balanço Social consiste em um demonstrativo que deve ser publicado anualmente pelas empresas informando seus projetos, benefícios e ações sociais (DIAS, 2012). Em dezembro de 2002 a ABNT formou um grupo de trabalho para desenvolver uma norma brasileira com requisitos para a Gestão da Responsabilidade Social, norma essa lançada em 2004 como ABNT NBR 16001 – Responsabilidade Social – Sistemas de Gestão – Requisitos (DIAS, 2012).

O tema Responsabilidade Social Empresarial vem crescentemente sendo abordado e questionado junto a estudiosos, com opiniões e argumentos prós e contras. Conforme Ashley (2005) e Dias (2012), os contrários ao tema baseiam-se nas teorias de propriedade de Milton Friedman. Conforme Friedman (1970) *apud* Dias (2012) a responsabilidade social das empresas consiste em utilizar seus recursos e atividades para aumentar seus lucros e cumprir as leis. Muitos autores, entre eles Ashley (2005) e Dias (2012), afirmam que as ideias de Friedman provocaram e acirraram os debates acerca das responsabilidades sociais das empresas. Seguidores de Friedman argumentam que as questões sociais são de responsabilidade de políticas e da administração pública, bem como de sindicatos, organizações sociais e igrejas (DIAS, 2012). Já os favoráveis às teorias de RSE argumentam que as ações sociais das empresas não podem se limitar a

atender apenas os interesses econômicos de seus acionistas, mas sim promover valores éticos e bem-estar social para a melhoria das condições de vida de todo o contexto no qual atuam (ASHLEY, 2005; DIAS, 2012).

A Conferência de Estocolmo em 1972 e mais tarde a RIO/ECO 92 alavancaram os debates acerca de um novo modelo de desenvolvimento denominado então de “Desenvolvimento Sustentável”. Segundo Barbieri e Cajazeira (2012), esta nova proposta visa a vincular a questão ambiental à social, constituindo um marco de aproximação com a Responsabilidade Social Empresarial. A proposta de desenvolvimento sustentável para as organizações passou a consistir em três dimensões: a econômica, a social e a ambiental (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012). Para estes autores (2012), uma organização sustentável orienta suas atividades seguindo critérios de equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. “Desse modo, os movimentos de responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, cada qual com suas características próprias e campos de estudos específicos, convergem para o conceito de empresa sustentável” (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012, p. 73).

Muitos conceitos, modelos e propostas de Responsabilidade Social Empresarial vêm sendo debatidos e apresentados nos últimos tempos tanto por estudiosos como por organismos não governamentais engajados na disseminação do tema. No tópico anterior foi visto que as ações dos empresários com foco social não são tão recentes e que estas foram tomando proporções mais amplas a partir das influências políticas e sociais provocadas pelo contexto no qual as organizações estavam inseridas. No recorrido histórico percebe-se que as práticas de RSE vão passando de um formato mais filantrópico para decisões estratégicas. Assim, neste tópico serão apresentadas as principais teorias, conceitos e modelos que fundamentam a prática da Responsabilidade Social Empresarial.

De acordo com Dias (2012), muitas são as terminologias utilizadas para identificar a Responsabilidade Social e entre as mais usadas estão Responsabilidade Social Empresarial, Responsabilidade Social Corporativa, Responsabilidade Corporativa, Cidadania Corporativa e Responsabilidade Social. Para fins desta pesquisa será adotada a terminologia Responsabilidade Social Empresarial, embora as demais também são aqui apresentadas a partir da pesquisa bibliográfica realizada sobre o tema.

Howard Bowen, autor de uma das primeiras publicações sobre o tema, foi um dos precursores na escrita do conceito de Responsabilidade Social Empresarial. Para Bowen, os homens de negócio tinham de atender às expectativas da sociedade no tocante à ética e aos valores morais. Bowen (1957, p. 14) define Responsabilidade Social como “obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade”. Neste contexto, ética e valores morais são as bases para a prática da RSE.

No final da década de 70 Archie B. Carroll propõe um modelo que descreve a Responsabilidade Social das empresas de acordo com quatro obrigações: econômicas, legais, éticas e voluntárias inerentes às atividades da empresa. Carroll via a responsabilidade econômica como principal e que somente após esta ser satisfeita a empresa poderia se envolver com a social e a ambiental (DIAS, 2012). Em 1991 Carroll acrescenta

ao seu modelo de quatro enfoques a perspectiva dos *stakeholders* e ideias sobre Cidadania Corporativa, desenvolvendo um modelo piramidal em quatro níveis, conforme se vê na Figura 1.

Figura 1 – Pirâmide da Responsabilidade Social Corporativa de Archie Carroll



Fonte: Adaptado de Carroll (1991) *apud* Aligleri (2011, p. 50).

Em 1984 Edward Freeman cria a teoria dos *stakeholders*, que aborda a responsabilidade das empresas na perspectiva dos vários grupos de interesses, ou seja, seus *stakeholders*, incluindo acionistas, clientes, fornecedores e a sociedade. Clarkson (1995, p. 131) *apud* Barbieri e Cajazeira (2012, p. 39) define *stakeholders* como sendo “as pessoas ou grupos que têm, ou reivindicam, propriedade, direitos ou interesses em uma empresa e nas suas atividades presentes, passadas e futuras”. Conforme Barbieri e Cajazeira (2012), Clarkson ainda separa estes grupos de interesses em primários, aqueles com os quais a empresa mantém uma relação de sobrevivência e interdependência; e secundários, como sendo aqueles que não estão ligados à sobrevivência da empresa, mas que de alguma forma influenciam/afetam ou são influenciados e afetados por ela.

O termo “*Triple Bottom Line*” é criado por John Elkington em 1999. Este termo é conhecido como o tripé da sustentabilidade e envolve três dimensões: a econômica, a social e a ambiental, abrangendo os interesses de todos os *stakeholders* (DIAS, 2012). Este autor (2012) explicita o que envolve cada uma destas três dimensões: a) Dimensão econômica, envolve o desempenho financeiro tradicional da empresa, mas também a sua capacidade de contribuir com o desenvolvimento econômico do local onde está inserida e de todas as partes interessadas de forma ética e responsável (*stakeholders*); b) Dimensão social, envolve as consequências sociais da atividade da empresa perante o conjunto dos seus *stakeholders*, tais como as políticas sociais da empresa e os direitos humanos; c) Dimensão ambiental, está relacionada com as atividades da empresa e a proteção dos ecossistemas envolvendo consumo de recursos ambientais, geração de resíduos e emissão de contaminantes.

Melo Neto e Froes (2001) apontam sete vetores principais que direcionam o processo de gestão e o fortalecimento da responsabilidade social das empresas. Segundo os autores, estes vetores são:

- V1 – apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua
- V2 – preservação do meio ambiente
- V3 – investimento no bem-estar dos funcionários e seus dependentes e num ambiente de trabalho agradável
- V4 - comunicação transparente
- V5 – retorno aos acionistas
- V6 – sinergia com os parceiros
- V7 – satisfação dos clientes e/ou consumidores

O Conselho Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*The World Business Council for Sustainable Development – WBCSD*) destaca que a Responsabilidade Social Empresarial é “o compromisso das empresas de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar sua qualidade de vida” (WBCSD, 2002, p. 6 *apud* DIAS, 2012, p. 21). Para o WBCSD, a RSE tem como foco o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida, envolvendo os funcionários, suas famílias e a sociedade. Percebe-se que a questão econômica não é deixada de lado, mas ela passa a não ser mais a única preocupação das empresas.

Para Ashley (2005), a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) exige um novo modelo de empresa e também um novo modelo mental das relações sociais, econômicas e políticas. A autora salienta ainda que a RSC não deve ser reduzida a uma dimensão social da empresa, mas ser interpretada a partir de uma visão integradora entre as dimensões sociais, econômicas e ambientais. Segundo Melo Neto e Froes (2001), para que uma empresa exerça plenamente a RSE é necessária uma gestão voltada para o público interno, externo e ainda participação ativa na comunidade. Melo Neto e Froes (p. 90) ainda afirmam que “o conceito de responsabilidade social tornou-se parte de um conceito mais amplo: o desenvolvimento sustentável”.

Machado Filho (2006) caracteriza a RSE como sendo um processo que envolve reputação, ética e governança com a finalidade de minimizar a exclusão social. A ISO 26000 de 2010 considera a RSE como a responsabilidade da organização pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente envolvendo um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que leve em consideração as expectativas das partes interessadas, que seja consistente com as normas internacionais de comportamento e integrada em toda a organização e suas relações.

A prática da RSE não é obrigatória, salvo no tocante às leis trabalhistas, saúde e medicina ocupacional, ambientais e fiscais; mas instituições, organizações e normas propulsoras e incentivadoras da RSE não faltam, tanto em âmbito nacional como internacional, basta apenas os empresários se conscientizarem de suas reais responsabilidades socioambientais e começarem a agir. Conforme Ashley (2005), Dias (2012), Barbieri e Cajazeira (2012) e outros, a RSE não deve ficar apenas no cumprimento das obrigações legais, deve ir além, estar vinculada às ações estratégicas das empresas a fim de que seja uma causadora constante de impactos positivos no âmbito social, ambiental e econômico no contexto em que atuam.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O que se pretende com este trabalho é analisar, à luz das teorias, conceitos e propostas de Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Sustentável, se as ações de RSE divulgadas pelas indústrias de Blumenau atendem aos pressupostos teóricos do desenvolvimento sustentável. Conforme Casarin e Casarin (2012), o método utilizado em uma pesquisa é determinado pelo objeto a ser investigado. Nesta pesquisa o objeto são as ações de RSE divulgadas pelas empresas analisadas em suas páginas *Web* e sua relação com os pressupostos do Desenvolvimento Sustentável (DS), caracterizando o uso dos métodos documental e bibliográfico. Para Casarin e Casarin (2012, p. 46), “as pesquisas documentais e bibliográficas são realizadas por meio de documentação escrita ou de algum tipo de registro [...]”. Estes autores (2012) enfatizam que o método bibliográfico utiliza-se de materiais já produzidos anteriormente, como livros, teses, dissertações, artigos, entre outros, materiais estes utilizados para a fundamentação teórica desta pesquisa. Já a pesquisa documental utiliza-se de informações que ofereçam dados como registros oficiais, relatórios e material audiovisual (CASARIN; CASARIN, 2012). Para a busca das informações publicadas pelas empresas utilizou-se de materiais como relatórios publicados pelas empresas e demais informações contidas em suas páginas *Web*. Quanto ao objetivo, esta pesquisa tem caráter descritivo, visando a identificar atitudes das empresas analisadas no tocante às suas ações de RSE e Desenvolvimento Sustentável. Para Casarin e Casarin (2012, p. 41), a pesquisa descritiva “procura caracterizar e identificar opiniões, atitudes ou crenças de um determinado grupo ou população”. A abordagem metodológica utilizada constitui-se de uma pesquisa qualitativa explorando conceitos e teorias do Desenvolvimento Sustentável e da Responsabilidade Social Empresarial sendo complementada por uma abordagem quantitativa na qual são apresentadas as quantidades de empresas que publicam determinada ação de RSE dentro de cada indicador de Desenvolvimento Sustentável analisado. Conforme Casarin e Casarin (2012, p. 31), “as pesquisas científicas podem apresentar aspectos qualitativos e quantitativos, sendo que um pode complementar ou subsidiar o outro no momento da análise dos resultados obtidos”.

Como recorte tomou-se as indústrias com mais de 500 funcionários, listadas no Guia Fiesc/2015, com unidades no município de Blumenau/SC. Para análise do Desenvolvimento Sustentável tomou-se como referência os três pilares básicos da sustentabilidade (econômico, social e ambiental) tratados no Relatório *Brundtland* e estudos sobre o tema. Dentro de cada uma das três dimensões foram selecionados, a partir de uma síntese da pesquisa bibliográfica, cinco indicadores base que são apontados no Quadro 1.

Quadro 1 – Dimensões do Desenvolvimento Sustentável e indicadores de análise

Dimensões do Desenvolvimento Sustentável	Indicadores
<b>Social</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Bem-estar dos funcionários e seus familiares (saúde, educação, lazer, cultura, trabalho decente);</li> <li>2. Bem-estar da comunidade em geral (saúde, educação, lazer, cultura);</li> <li>3. Igualdade de oportunidades (gênero, sexo, raça, minorias e desfavorecidos), respeito à diversidade, direitos humanos;</li> <li>4. Combate à corrupção/governança corporativa;</li> <li>5. Responsabilidade com seus produtos/serviços (saúde, satisfação, qualidade);</li> </ol>
<b>Econômica</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>6. Indicadores econômicos e financeiros da empresa;</li> <li>7. Oferta de emprego e geração de renda;</li> <li>8. Fornecedores (quantidade, localização, incentiva o local/regional?);</li> <li>9. Investimentos e infraestrutura locais;</li> <li>10. Pagamento de tributos;</li> </ol>
<b>Ambiental</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>11. Gestão de recursos hídricos;</li> <li>12. Gestão de recursos energéticos;</li> <li>13. Gestão de resíduos, reaproveitamento e reciclagem;</li> <li>14. Gestão na emissão de poluentes;</li> <li>15. Outras questões ambientais (projetos, reservas, áreas de preservação).</li> </ol>

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A coleta das informações referentes às empresas selecionadas teve como foco de análise os *sites Web* das indústrias localizadas no município de Blumenau que possuem mais de 500 funcionários e estão listadas no Guia Fiesc/2015, tendo como finalidade verificar os tipos de ações socialmente responsáveis publicadas por estas. A partir da seleção da amostra, teve-se para a análise o total de 13 empresas, sendo que destas apenas 11 foram analisadas (uma não possui página *Web* e outra fechou sua unidade no município de Blumenau no início de 2016). A busca das informações nos *sites* das empresas deu-se no período de 1º de janeiro de 2016 a 30 de maio de 2016, abrangendo as informações de RSE neles disponíveis, seja em formato de link, notícias ou relatórios de RSE e/ou sustentabilidade.

## RESULTADOS

Aqui apresenta-se um resumo das práticas de Responsabilidade Social divulgadas pelas indústrias de Blumenau em suas páginas *Web* buscando analisar, a partir do exposto no referencial teórico, se estas têm relação/afinidade com os pressupostos teóricos do Desenvolvimento Sustentável. A presente análise utiliza como base as três

dimensões do DS propostas para a análise (social, econômica e ambiental) e os cinco indicadores de cada dimensão, apresentando os principais indicadores relatados pelas empresas da amostra. O Quadro 2 mostra o resumo dos resultados encontrados.

Quadro 2 – Práticas de RSE mais divulgadas entre as indústrias de Blumenau convergentes com os pressupostos do DS

Indicador	Ação Praticada	Quantidade de empresas que praticam
<b>Indicadores Sociais</b>		
1. Bem-estar dos funcionários e seus familiares (saúde, educação, lazer, cultura, trabalho decente)	Ambulatório Médico	3
	Auxílio Creche	2
	Biblioteca na empresa	2
	Bolsa de Estudo	3
	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)	3
	Ginástica Laboral	3
	Homenagem por tempo de casa	3
	Incentivo ao lazer (esporte, cultura)	3
	OHSAS 18001	2
	Plano de Saúde	2
	Previdência Privada	2
	Programa de Participação nos Resultados	2
	Programas de Saúde e Segurança Ocupacional	4
	Programas de treinamento	6
	Refeição na empresa	3
	SA 8000	2
	Seguro de Vida	4
Vacina contra Gripe	3	
Não divulgam	4	
2. Bem-estar da comunidade em geral (saúde, educação, lazer, cultura)	Capacitação	5
	Cultura	4
	Doação de produtos	3
	Educação	5
	Esporte	3
	Junior <i>Achievement</i>	3
	Saúde (hospitais, campanhas)	3
Não divulgam	5	
3. Igualdade de oportunidades (gênero, sexo, raça, minorias e desfavorecidos), respeito à diversidade, direitos humanos	Contratação de deficientes	3
	Contratação de mulheres	3
	Contratação de negros	2
	Contratação acima de 50 anos	3
	Estagiários	3
	Menores aprendizes	3
	Não divulgam	7

4. Combate à corrupção/governança corporativa	Atas de Assembleias	3
	Código de Ética	4
	Conselhos	2
	Estatuto	2
	Políticas de gestão da empresa relativas a fornecedores, administração, governança, clientes, acionistas.	5
	Não divulgam	5
5. Responsabilidade com produtos e serviços (saúde, satisfação, qualidade)	Código de conduta para fornecedores	2
	Empresa possui centro de pesquisa/investe em pesquisa	3
	Exige boas práticas de responsabilidade social dos fornecedores	2
	Faz auditoria em fornecedores	2
	Inovação e tecnologia como diferencial	3
	Prêmios Recebidos/certificações	4
	Não divulgam	2
<b>Indicadores Econômicos</b>		
6. Indicadores Econômicos e financeiros	DVA (valores gerados de riqueza)	2
	Produção	2
	Receitas	4
	Relação com mercado externo	3
	Não divulgam	2
7. Oferta de emprego e geração de renda	N° admissões	2
	N° de colaboradores	6
	Unidades da empresa (localização)	3
	Não divulgam	3
8. Fornecedores (quantidade, localização, incentiva o local/regional?)	Incentivam fornecedores locais/regionais	3
	Localização	2
	Quantidade	3
	Não divulgam	7
9. Investimentos em serviços e infraestrutura local	Valores com recursos de leis e programas de incentivo	3
	Valores em recursos próprios	2
	Valores Investidos	3
	Não divulgam	8
10. Pagamento de Tributos	Divulgam	5
	Não divulgam	6
<b>Indicadores Ambientais</b>		
11. Gestão de recursos hídricos	Ações para redução do consumo	2
	Estação de Tratamento de Efluentes	6
	Fonte de captação fluvial	4
	Monitoramento da água descartada	2
	Não divulgam	4

12. Gestão de recursos energéticos	Ações para redução do consumo de energia	2
	Uso de fontes renováveis	2
	Não divulgam	7
13. Gestão de Resíduos, reaproveitamento, reciclagem	Ações para minimizar geração de resíduos	3
	Envio ao aterro sanitário	6
	Reaproveitamento	4
	Reciclagem	6
	Não divulgam	3
14. Gestão de emissão de poluentes	Ações para redução/mitigação	4
	Monitoramento	2
	Não divulgam	6
15. Outras ações relativas à gestão ambiental (projetos, reservas, áreas de preservação)	Áreas de preservação permanente	2
	Certificações	2
	Projetos e programas voltados à gestão ambiental	3
	Reservas florestais	2
	Reflorestamento	3
	Não divulgam	4

Fonte: Elaborado pelas autoras.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO

Responsabilidade social empresarial e o desenvolvimento sustentável são temas em voga na atualidade. As empresas compartilham agora de uma responsabilidade que ultrapassa a geração de lucro. Estudos, governos, instituições de ensino e pesquisa apontam para uma nova abordagem de desenvolvimento, agora focada na geração de renda, lucro, emprego e também com a minimização das diferenças sociais e com menos impacto ambiental. As propostas de desenvolvimento sustentável voltam-se para o uso responsável dos recursos naturais, para ações dirigidas para o social e comunidades e para que os investimentos nesta nova concepção sejam comumente compartilhados entre instituições públicas, privadas, pessoas físicas e jurídicas.

Como pode ser observado no Quadro 2, dentro da dimensão social (indicadores 1, 2, 3, 4 e 5) programas de treinamento para os funcionários são as práticas mais frequentes divulgadas, seguidas por investimentos em capacitação e educação para a comunidade em geral. Na dimensão econômica, que abrange os indicadores 6, 7, 8, 9 e 10, a quantidade de funcionários da empresa é a informação mais constante, seguida da receita gerada pela empresa. Dentro da dimensão ambiental (11, 12, 13, 14 e 15) a existência de uma estação de tratamento de efluentes, o envio de resíduos sólidos a aterros sanitários e a reciclagem de produtos são as ações mais frequentes entre as empresas.

Percebe-se que quando se trata das questões relativas aos funcionários e seus familiares as ações são focalizadas para cada unidade, ou seja, atuam mais localmente. Neste indicador observou-se que os familiares são pouco afetados diretamente pelas ações da empresa, tendo como ponto forte a capacitação e o treinamento dos funcionários. Para as ações voltadas à comunidade identificou-se que o foco de abrangência

concentra-se no município no qual a cidade tem a sua matriz. Salvo algumas exceções estendem-se para a região do entorno deste município ou para outras unidades da empresa.

Igualdade de oportunidade e respeito à diversidade ainda são temas pouco focados pelas empresas que têm suas ações sutilmente voltadas para contratação de deficientes, menores aprendizes e estagiários, sendo tais ações divulgadas mais no âmbito de suas sedes. Quanto às ações de combate à corrupção elas se estendem aos seus funcionários e também aos fornecedores baseada principalmente por um Código de Ética, tendo uma abrangência que depende da localização do fornecedor, variando entre o município da unidade, várias regiões brasileiras e fornecedores.

Investimentos em pesquisa e também premiações recebidas relativas à qualidade dos produtos pautam a responsabilidade das empresas com seus produtos e serviços. Quanto aos indicadores relacionados à dimensão econômica, informações sobre receitas, número de funcionários e relações com o mercado externo são as ações mais divulgadas pelas empresas. Algumas das empresas analisadas têm forte atuação no mercado externo, tanto como importadores quanto como exportadores. No tocante ao incentivo a fornecedores locais, poucas empresas relatam essa prática, apenas três, observando-se que oito empresas não divulgam nenhuma informação sobre fornecedores.

Os investimentos financeiros aplicados na comunidade vêm, em grande parte, de Leis de Incentivo Fiscal, que são geralmente aplicados em projetos da comunidade na qual a empresa tem sua matriz, destacando-se que a maioria delas não divulga tais valores. A gestão ambiental segue basicamente as exigências legais. Tratamento de efluentes, economia de energia elétrica e reciclagem estão entre as ações mais aplicadas nas indústrias de Blumenau/SC, tendo como abrangência o município de localização de suas unidades.

Diante do exposto pode-se afirmar que as indústrias de Blumenau/SC estão engatinhando para ações que convirjam para o Desenvolvimento Sustentável. Muitas ações de fácil aplicação, como captação de água da chuva, uso de fontes de energia alternativas, como solar e eólica, não são realizadas. Investimentos nas comunidades ainda tem maior abrangência o município sede da empresa com pouca ênfase aos municípios das outras unidades. Fatores relativos à igualdade de oportunidades e diversidade são pouco mencionados, com ênfase aos jovens e divulgação de dados sobre negros, mulheres e idosos, que são a minoria nas empresas analisadas.

Percebe-se que a maioria das empresas pratica as ações de forma esporádica, sem uma constância, salvo alguns casos de ações comunitárias e algumas ações de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores (estas praticadas e divulgadas pela maioria das empresas), de gestão ambiental e segurança dos trabalhadores que apresentam uma frequência maior de ocorrência. As duas últimas são ações de cumprimento obrigatório pela legislação ambiental e trabalhista.

Assim sendo, as indústrias de Blumenau têm muito que pensar e rever em suas práticas e políticas para que possam dar conta de contribuir com o Desenvolvimento Sustentável. Enquanto indicadores econômicos, sociais e ambientais não fizerem parte de seus planejamentos estratégicos, com perspectivas de longo prazo e com ações

concretas e de forma integrativa, o desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade ainda estará longe de ser conquistado. O Quadro 3 aponta a relação de indicadores do DRS com as ações divulgadas pela indústria de Blumenau.

Quadro 3 – Relação entre indicadores de DRS e divulgação de ações das indústrias de Blumenau

Indicadores de DRS	Quantidade de empresas que divulgam*	Percentual de empresas que divulgam*
Bem-estar dos funcionários e seus familiares	7	63,64
Bem-estar da comunidade em geral	6	54,55
Igualdade de oportunidades	4	36,36
Combate à corrupção/governança corporativa	6	54,55
Responsabilidade com produtos e serviços	9	81,82
Indicadores econômicos e financeiros	9	81,82
Oferta de emprego e geração de renda	8	72,73
Fornecedores (quantidade, localização, incentivo local/regional)	4	36,36
Investimentos em serviços e infraestrutura local	3	27,27
Pagamento de tributos	5	45,45
Gestão de recursos hídricos	7	63,64
Gestão de recursos energéticos	4	36,36
Gestão de resíduos, reaproveitamento, reciclagem	8	72,73
Gestão de emissão de poluentes	5	45,45
Outras ações relativas à gestão ambiental	7	63,64

\*Considera as 11 empresas analisadas.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desenvolvimento Sustentável, aplaudido por uns e contestado por outros, busca a permanência e a constância dos recursos naturais do presente no futuro, harmonizando e equilibrando crescimento econômico, preservação ambiental, equidade social, bem-estar e qualidade de vida. Tem como proposta ações integradoras entre os diversos atores sociais (pessoas físicas, pessoas jurídicas, o público e o privado) na busca deste equilíbrio. Consiste em fazer e agir hoje, pensando na sustentabilidade futura das pessoas, organizações, empresas, meio ambiente e sociedade em geral.

A RSE levanta questões e práticas empresariais com repercussão direta no ambiente onde estão inseridas estas instituições. Inicialmente se considerava, e por vezes ainda se considera, que a responsabilidade social das empresas concentra-se na geração de riqueza para seus sócios e proprietários. Esta pesquisa aponta que a responsabilidade social das empresas está além do lucro, visto que suas ações geram impactos sociais e ambientais no contexto em que estão inseridas, refletindo no âmbito social, mas também na própria empresa.

Entre as principais práticas de RSE divulgadas pela indústria blumenauense e que atendem aos pressupostos teóricos do DS encontram-se investimentos em capacitação, treinamento e desenvolvimento profissional de seus colaboradores; ações que primam pela saúde e segurança do trabalhador; oferta de capacitação e educação para adolescentes e jovens da sociedade em geral; investimentos em cultura para a comunidade e

gestão de recursos hídricos com investimentos em estação de tratamento de efluentes. Apoiar e investir em capacitação e treinamento dos funcionários, embora louvável tendo em vista que conhecimento não se perde, propicia retorno para a própria organização, aumentando qualidade, produtividade e conseqüentemente a geração de lucro. Saúde e segurança do trabalhador são práticas exigidas por lei, mas embora propiciem certa qualidade de vida aos colaboradores as empresas as fazem para evitar passivos trabalhistas.

As ações e investimentos em capacitação e educação para adolescentes e jovens da sociedade são apreciáveis, pois visam à melhoria de oportunidades para aqueles que muitas vezes se encontram à margem da sociedade. A questão discutível aqui encontra-se no ponto em que as empresas buscam preparar essa mão de obra para o futuro de seu próprio negócio, e além disso são beneficiadas com incentivos fiscais, haja vista que investimentos em crianças e jovens tem o apoio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA). Do mesmo modo os investimentos em cultura, que possuem o incentivo da Lei Rouanet. As ações relacionadas com questões ambientais também são em sua maioria já exigidas por lei e passíveis de multa na ocorrência de descumprimento. Estação de Tratamento de Efluentes é uma ação mínima, em especial no setor industrial, que utiliza os recursos hídricos em grande escala.

Esta pesquisa mostra que as práticas empresariais em prol de um desenvolvimento mais sustentável estão envoltas por questões de incentivo fiscal e obrigações legais. Três das empresas analisadas divulgam muito mais suas ações de RSE e possuem um maior envolvimento com a comunidade local, embora em grande parte a abrangência de suas ações limite-se ao município no qual a sede da empresa se encontra. Estas empresas também possuem relatórios estruturados para divulgação de suas práticas sociais, tendo como parâmetro as diretrizes da *Global Reporting Initiative*.

Revela-se, contudo, que as indústrias de Blumenau, a partir de suas ações de RS divulgadas, estão apenas iniciando sua caminhada na prática de um Desenvolvimento Sustentável, e muito se tem a fazer. Quase nada de ações que visam à busca de novas fontes de energia, novas fontes de matéria-prima, mudanças em processos produtivos, captação de água da chuva e reuso da água são apresentadas pelas empresas. Esta pesquisa deixa sua contribuição no sentido de relatar ao setor industrial, suas entidades representativas, clientes e consumidores, bem como governos e sociedade a necessidade de rever ações, práticas, incentivos ou legislações que realmente possibilitem a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Ações sem planejamento de longo prazo são apenas práticas pontuais que visam a sanar paliativamente as conseqüências dos impactos negativos gerados pelo setor industrial. São necessárias, portanto, ações que mitiguem e eliminem de forma eficiente os aspectos causadores de tais impactos. A busca de um Desenvolvimento Sustentável exige atuações presentes com foco em resultados futuros, envolvendo planejamento, ação e acompanhamento.

## REFERÊNCIAS

- ALIGLERI, L. M. *A adoção de ferramentas de gestão para a sustentabilidade e a sua relação com os princípios ecológicos nas empresas*. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Curso de Administração, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2011. Disponível em: file:///D:/Downloads/LilianMaraAligleri.pdf. Acesso em: 10 dez. 2015.
- ASHLEY, P. A. (coord.). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2005.

- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. *Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BOWEN, H. R. *Responsabilidades sociais do homem de negócios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. *Pesquisa científica: da teoria à prática*. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- CRUZ, L. B. *Processo de formação de estratégias de desenvolvimento sustentável de grupos multinacionais*. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12416/000626495.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- DIAS, R. *Responsabilidade social: fundamentos e gestão*. São Paulo: Atlas, 2012.
- ISO. International Organization for Standardization. ISO 26000, de 1º de novembro de 2010. *Diretrizes em responsabilidade social*. Suíça: ISO, 1º nov. 2010. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field\\_generico\\_imagens-filefield-description\]\\_65.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_65.pdf). Acesso em: 10 abr. 2015.
- LASSU/USP. Laboratório de Sustentabilidade da Universidade de São Paulo. *Pilares da sustentabilidade*. Disponível em: <http://lassu.usp.br/sustentabilidade/pilares-da-sustentabilidade>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- MACHADO FILHO, C. P. *RSE e governança: o debate e as implicações*. São Paulo: Cengage Learning, 2006.
- MELO NETO, F. P.; FROES, C. *RSE e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- MOLINA, G. F. Desenvolvimento Sustentável. In: SIEDENBERG, Dieter R. (coord.). *Dicionário do desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 73-75.
- MONTIBELLER FILHO, G. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: Conceitos e princípios. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993. Semestral. Disponível em: [file:///D:/Downloads/6645-20545-1-PB\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/6645-20545-1-PB(1).pdf). Acesso em: 20 set. 2015.
- OLIVEIRA, J. A. P. *Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os objetivos do desenvolvimento do milênio. *PNUD Brasil*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, I.; VIEIRA, P. F. Estratégias de transição para o século XXI. In: SACHS, Ignacy; VIEIRA, Paulo Freire (org.). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 174-200.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.